

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME II

XLIV

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

A PRESENÇA DE ESCRAVOS NEGROS EM UMA CORPORAÇÃO RELIGIOSA MINEIRA DURANTE OS SÉCULOS XVIII E XIX (*).

(Resumo).

JOSÉ DA PAZ LOPES.

da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais.

O quadro é Minas Gerais, terra da mineração, durante os séculos XVIII e XIX. Minas foi a terra também de Irmandades (Confrarias) Religiosas leigas, que tiveram vida e vigor. Não foram as Irmandades só corporações religiosas. Tiveram farta vida econômica de acôrdo com os bons ou maus tempos da mineração. É o que se vê na Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João del' Rei. Essa Ordem foi essencialmente uma organização de homens brancos "homens christões velhos, limpos de geração" Irmandades de desembargadores, juizes, comendadores, doutores funcionários, banqueiros, militares, sacerdotes, fazendeiros, mineradores — que, ao lado de um fastígio religioso e social transformaram a Corporação em verdadeira "Ordem-empresa" — Ordem rica e enriquecedora — onde se evidenciava a preocupação com o econômico.

O primeiro registro legível que o arquivo da Ordem conserva em seu *Livro de Têrmos e Deliberações da Meza*, datada de 1754, versa sôbre a preocupação econômica. A mesa da Irmandade estava convencida que a montagem de um patrimônio seria difícil empregando sômente seu dinheiro a juros como era feito até então. Outros expedientes se faziam necessários para a aquisição de bens de raízes. O apê'o era para as doações. Essas se multiplicam: di-

(*) — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 9 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

nheiro, terras, casas para alugueres, jóias e escravos, tudo entregue à Ordem “em nome da devoção e zelo”.

O arquivo da Ordem — atualmente em deplorável estado — registra em termo de 1872 o ajuste que fêz a Mesa com Francisco Xavier da Mota para sustentar dois negros da Ordem, que trabalhavam numa pedreira. Em 1807, um outro Irmão do Carmo faz a doação de um negro. Mas, o registro maior por nós encontrado é de 1849, na seguinte relação ao descrever o patrimônio da Ordem:

“Escravos: Raimundo Crioulo de idade 40 anos, Alfaiate e Cozinheiro 500\$000; João Angola Cazado 300\$000; Joanna Cabinda Cozinheira lavadeira e ingomadeira 600\$000; Rita filha da mesma idade 9 anos 450\$000; Luiz filho de mesma de idade 21 anos e 8 mezes 150\$000; Total 2:250\$000”.

Concluímos, como notícia, que a poderosa Ordem do Carmo de São João del Rei, organizando seu patrimônio, pensou em aquisição de escravos para trabalhos rotineiros e para seu enriquecimento.

* *
*

INTEVENÇÕES.

Da Prof^a *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. Guanabara).

Cumprimenta o Prof. José da Paz Lopes pela orientação, que lhe parece bastante fecunda, não só pela maneira como vem sendo conduzido o seu trabalho, assim como pelas fontes que revela sôbre certos aspectos até hoje lacunosos na História do Brasil.

Uma das fontes principais, a fim de levantar dados fundamentais, como se sabe, são justamente os registros das Irmandades e Casas de Misericórdia — os dados, por exemplo, sôbre o preço de escravos, de que o Autor fala, é um dos pontos mais obscuros da história brasileira sôbre a escravidão. Justamente nos livros das Irmandades e das Casas de Misericórdia é que podem ser encontrados, talvez, dados e documentação, mais abundante, e que não foram ainda suficientemente explorados (além de certas dificuldades, talvez, de acesso).

*

Da Prof^a *Lucinda Coutinho de Mello Coelho* (IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. Guanabara).

Declara que a comunicação do Autor é preciosa no que se refere ao estudo das Ordens Religiosas e ressalta que a informação

sôbre o preço de escravos é esp'êndida. Principalmente o que chamou a sua atenção foi o valor de 600\$000 por escravo no século XIX, pois fêz muitas pesquisas em códices referentes à vila de São João d'El-rei, no Arquivo Público Mineiro, porém, só pôde encontrar nas "matrículas de escravos" referências à procedência e idade. Nenhum dos códices vistos deu-lhe o valor do escravo. Pôde, apenas, observar num códice referente à região do Tejuco (1753-1757), indicações de valor. Aí foi encontrada a referência ao maior preço de 450\$000 (*).

(*) — O Autor da comunicação deixou de apresentar, por escrito, à presença da mesa, as respostas que deu em plenário (*Nota da Redação*).